

Estudo Técnico Preliminar 86/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 64044.006539/2025-13

2. Descrição da necessidade

2.1. O 6º Batalhão de Engenharia de Construção (6º BEC) possui missões de apoio ao combate em treinamentos para emprego em casos de situação de conflitos. Em períodos de paz, como o atual, atua colaborando na solução de problemas de infraestrutura e no desenvolvimento do País, em nível local, regional e nacional, em particular, da região norte de nosso país. Sua sede localiza-se em Boa Vista- RR e é subordinado ao 2º Grupamento de Engenharia (com sede em Manaus- AM), por isso e por outros motivos, o 6º BEC vem executando historicamente não somente operações no hemisfério norte (atendendo Roraima, estado em que está localizado), mas também no hemisfério sul (atendendo as demandas do 2º Gpt E, sobretudo para os estados do AM e PA). Diante disso e do regime de chuvas na região norte, o 6º BEC executa suas operações em Roraima entre os meses de outubro e abril, e abaixo da linha do equador entre maio e setembro. Para caracterizar o descrito, segue abaixo a lista de operações em vigor que o batalhão está envolvido: Construção da 18ª Regimento de Cavalaria Mecanizada, Manutenção especializada de todos as OM da organização, participação das Operações Matapí no estado do Amapá bem como apoio nas ações de manobra militar na região

2.2. Com essas intervenções, faz-se necessário a contratação dos serviços de hidrossemeadura para a proteção das referidas áreas. Em virtude das especificidades do serviço e da complexidade da execução da hidrossemeadura, surgiu a necessidade de contratação de empresa especializada para que o serviço seja executado de forma eficaz e eficiente, proporcionando assim a contenção do solo exposto, bem como evitar possíveis impactos ambientais e custos adicionais para Administração Pública.

2.3. Dessa forma, nas intervenções que estão sendo realizadas foram estimados os seguintes quantitativos para proteção dos taludes de corte e aterro, sendo:

2.3.1. na área do 18º Regimento de Cavalaria Mecanizada com mão de obra própria e, assim, as áreas de descobertas necessitam de proteção vegetal. Foi levantada uma metragem aproximada de 90.000 m² (noventa mil metros quadrados) de área plana para aplicação de grama com fins de estabilização e paisagístico;

2.3.2. para apoio nas ações de manobra foi levantado a necessidade de aplicação de aproximadamente 40.000 m² (quarenta mil metros quadrados) com mix de sementes para estabilização de aterros de taludes;

2.4. A revegetação por meio da hidrossemeadura tem como principal objetivo auxiliar na proteção dos taludes e áreas descobertas, o serviço consiste em um processo de revestimento vegetal através da aplicação hidromecânica de composta por sementes, fertilizantes, camada protetora, polímeros absorventes, adesivos e matéria orgânica viva, cujo traço característico é determinado pelas necessidades de correção do solo e de nutrição da vegetação a ser implantada nas áreas especificadas no processo.

2.5. Para a hidrossemeadura a empresa deve possuir todos os insumos, máquinas, equipamentos e veículos necessários para todas as etapas da atividade, incluindo sementes, adubo para fertilização do solo, pá, enxada e demais que se façam necessários para preparo do solo, veículo para irrigação e demais que se façam imprescindíveis para a efetiva execução do serviço.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
6º Batalhão de Engenharia de Construção	Cadson Souza Barbosa- Cel

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Tendo em vista que se trata de serviço comum, cujo padrão de desempenho e qualidade é objetivamente definido por meio de especificações usuais no mercado, será adotada a licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, regida pela Lei nº 14.133/2021:

Art. 6º ...

XLI – pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Art. 28. São modalidades de licitação:

I – pregão;

Art. 29. A concorrência e o **pregão** seguem o rito procedimental comum a que se refere o art.17 desta Lei, **adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.** (grifei).

4.2. O regime de execução que será utilizado nessa contratação é o da **empreitada por preço unitário**, o critério de julgamento será **o de menor preço**, sendo o modo de disputa o **aberto e fechado**, de acordo com as disposições da Lei citada anteriormente.

4.3. Os serviços a serem contratados serão **por demanda de natureza não continuada**, por se tratar de serviço específico na medida que são necessários.

4.4. Todos os serviços entregues, serão, ainda, avaliados por meio de Indicadores de Medição de Resultados (IMR).

4.5. As exigências de **habilitação jurídica** e de **regularidade fiscal e trabalhista** são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinará o edital e seus anexos:

4.5.1. a textualidade das exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista serão aquelas fornecidas pelos modelos de documentos disponibilizados pela Advocacia Geral da União.

4.6. Conforme já esclarecido, serão estabelecidos **Indicadores de Desempenho** da CONTRATADA na execução dos serviços, por meio de Instrumento de Medição de Resultado (IMR), com possibilidade de adequação do pagamento devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA:

4.6.1. Os indicadores serão especificados em anexo do Termo de Referência, com os respectivos detalhamentos e mecanismo de cálculo, de forma a medir a performance dos serviços; e

4.6.2. O propósito é avaliar de forma objetiva se os serviços prestados pela contratada estão sendo executados de forma tempestiva, com a qualidade exigida.

4.7. Conforme determina o art. 113, da Lei 14.133/2021, a duração do contrato será de 1 (um) ano, que poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosos para a administração, limitado a 5 (cinco) anos:

4.7.1. entende-se que essa regra deve ser compreendida de maneira que o prazo de vigência fixado atenda à sua finalidade, que é a obtenção do melhor preço e das condições mais vantajosas para a administração; ou seja, poderá ser flexibilizada, se houver oportunidade de ganho em escala; e

4.7.2. observando o histórico de prorrogação das vigências dos contratos continuados do 6º Batalhão de Engenharia de Construção, verifica-se que os contratos foram firmados pelo prazo de 12 (doze) meses e obtiveram prorrogações efetuadas em até 60 (sessenta) meses:

4.7.2.1. evidencia-se, portanto, que, em regra, os contratos atingem a vigência máxima permitida; e

4.7.2.2. essa avaliação é importante, porque demonstra que o mercado prestador de serviços tem resultados satisfatórios por prazo superior ao de 12 (doze) meses, evidenciando que seja viável prever a prorrogação do contrato até 5 (cinco) anos.

4.8. A qualificação técnica se divide em **profissional e operacional**. A primeira busca identificar, nos quadros da licitante, profissionais cujo acervo técnico indique a responsabilidade pela execução de obras ou serviços de engenharia similares ao objeto do certame. Já a segunda tem como escopo buscar a comprovação de que a empresa licitante, como unidade jurídica e econômica, já participou anteriormente de contrato cujo objeto era similar ao previsto para a contratação almejada pela Administração Pública.

4.9. Para atender aos critérios da qualificação pertinentes à **capacidade técnico-operacional**, a licitante deverá comprovar o que segue:

4.9.1. Certidão de Registro e Quitação ou a inscrição da licitante na entidade profissional competente, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), em plena validade:

4.9.1.1. na Certidão de Registro e Quitação expedida pela entidade profissional devem constar seus responsáveis técnicos; e

4.9.1.2. no caso de a empresa licitante ou responsáveis técnico não serem registrados ou inscritos no CREA, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

4.9.2. O licitante DEVERÁ apresentar um dos seguintes documentos, apêndice ao Termo de Referência, para participar da licitação:

4.9.2.1. Declaração de Condições e Peculiaridades da Contratação em sua Plenitude; ou

4.9.2.2. Declaração de Conhecimento de Todas Informações e das Condições dos Locais.

4.9.3. apresentar atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove desempenho satisfatório em atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto desta licitação, que faça explícita menção à licitante como executora dos serviços, comprovando os serviços e requisitos mínimos a seguir:

experiência na prestação de serviços de hidrossemeadura, ininterruptos ou não, nos quantitativos mínimos abaixo: execução de serviço de hidrossemeadura em 50.000 m² quadrados) de taludes de corte ou aterro e áreas planas.

4.9.3.1. o(s) atestado(s) (declaração) deverá(ão) comprovar que a licitante tenha executado serviços de hidrossemeadura, ininterruptos ou não, por período não inferior a 3 (três) anos, até a data da abertura da sessão pública da licitação;

4.9.3.2. para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados/declarações (períodos concomitantes serão computados uma única vez) e terem sido expedidos após a conclusão dos contratos ou decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

4.9.3.3. serão aceitos como comprovantes de capacidade técnico-operacional, que faça menção à própria licitante como prestadora de serviços, desde que as informações constantes desses documentos permitam aferir a similaridade/compatibilidade dos serviços com os parâmetros mínimos fixados;

4.9.3.4. os atestados devem ser apresentados contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pelo licitante;

4.9.3.5. a licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante, local em que foram prestados os serviços, caso a área técnica entenda necessário, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência; e

4.9.4. para atender aos critérios da qualificação pertinentes à **capacidade técnico-profissional**, a licitante deverá:

4.9.4.1. apresentar comprovação de possuir em seu quadro técnico, na data prevista para entrega da proposta, profissional com habilitação em Engenharia Civil, com especialização em recursos hídricos, agrícola ou agrônômica ou Engenheiro Agrônomo ou Engenheiro Ambiental ou Engenheiro Florestal, conforme Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966, devidamente registrado no CREA, e que contemple Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e Certidão de Acervo Técnico - CAT, comprovando a prestação dos serviços a seguir, e de acordo com as suas atribuições:

4.9.4.1.1. Para Engenheiro Civil ou Agrônomo ou Ambiental ou Florestal:

4.9.4.1.1.1. execução de serviço de hidrossemeadura.

4.9.4.2. a comprovação do vínculo do profissional deverá ser feita por meio de cópias das Carteiras de Trabalho ou fichas de Registro de Empregado que comprove a condição de que pertence ao quadro da licitante, ou contrato /estatuto social que demonstre a condição de sócio do profissional, ou por meio de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum, ou, ainda, da Declaração de Compromisso de Contratação Futura do profissional, acompanhada da anuência deste;

4.9.4.3. no caso de Compromisso de Contratação Futura, será exigido, no ato da assinatura do Contrato, a comprovação da efetivação do vínculo profissional, bem como o comprovante de registro e anotação, junto ao CREA, do profissional como Responsável Técnico da empresa;

4.9.4.4. no caso de o profissional não ser registrado ou inscrito no CREA, deverá ser providenciado o respectivo visto deste órgão regional, por ocasião da assinatura do Contrato;

4.9.4.5. os profissionais indicados pela CONTRATADA para fins de comprovação de capacitação técnico- profissional deverão participar efetivamente dos serviços objeto da Licitação, admitindo- se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela CONTRATANTE, conforme determina o §6º do Art. 67 da Lei n.º 14.133/2021:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I – apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

...

§6º Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do caput deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e **será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.** (Grifei)

4.9.4.6. declaração da licitante, assinada pelo Representante Legal da empresa, de que, sendo vencedora da Licitação, em até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do Contrato, apresentará à CONTRATANTE uma cópia autenticada da documentação que comprove o registro e a quitação, junto ao CREA, das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ART (art. 1º da Lei n.º 6.496/1977), dos Responsáveis Técnicos:

Art 1º - Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART).

4.9.5. serão exigidas ainda:

4.9.5.1. declaração do licitante de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.10. Relativo à participação ou não de **cooperativas**, em que pese não se tratar de aspecto de abordagem obrigatória no ETP, registra-se que **não será admitida**; não se enquadrando, portanto, no art. 10 da IN SEGES nº 5/2017:

Seção V**Dos Serviços Prestados por Cooperativas e Instituições Sem Fins Lucrativos**

Art. 10. A contratação de sociedades cooperativas somente poderá ocorrer quando, pela sua natureza, o serviço a ser contratado evidenciar:

I - a possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados; e

II- que a gestão operacional do serviço seja executada de forma compartilhada ou em rodízio, em que as atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços e as de preposto, conforme determina o art. 68 da Lei nº 8.666, de 1993, sejam realizadas pelos cooperados de forma alternada ou aleatória, para que tantos quanto possíveis venham a assumir tal atribuição.

§ 1º Quando admitida a participação de cooperativas, estas deverão apresentar um modelo de gestão operacional que contemple as diretrizes estabelecidas neste artigo, o qual servirá como condição de aceitabilidade da proposta.

§ 2º O serviço contratado deverá ser executado obrigatoriamente pelos cooperados, vedada qualquer intermediação ou subcontratação. (Grifei)

4.11. Ainda, sobre a possibilidade de participação de cooperativas, o TCU dispõe da Súmula nº 281, segundo a qual "É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade".

5. Levantamento de Mercado

5.1. Com a finalidade de constatar que o serviço pretendido é amplamente contratado na Administração Pública, buscou-se verificar segue alguns exemplos:

Nr Ord	UASG	NOME UASG	Nr Pregão	Objeto
1	160348	5º Batalhão de Engenharia de Construção	90022/2024 (Item 00001)	Hidrossemeadura (Obras Civas) - Hidrossemeadura (BF, empréstimos, canteiro central, taludes e canteiro de obras/Usina e APP - aplicação em Jarú/RO). (unidade de fornecimento deverá ser m³ metro cúbico)
2	160203	2º Batalhão de Engenharia de Construção	90023/2024 (Item 00003)	Serviço de hidrossemeadura e serviços ambientais (execução do serviço com fornecimento de material .
3	160349	Academia Militar das Agulhas NEGRAS/RJ	160249	Contratação de Serviço de Hidrossemeadura
4	160447	1º Batalhão Ferroviário	90002/2024 (Item 00003)	Serviços de manutenção e conservação ambiental da obra de duplicação da Rodovia BR 116/RS trecho Guaíba-Tapes, do Km 300,54 ao Km 351,34 e Barragem de Arvorezinha, no município de Bagé/RS, Estrada da Arvorezinha, Km 5,2

5.2. Após os levantamentos, a equipe chega ao entendimento de que existem condições de mercado para que seja feita a contratação no molde proposto, inclusive é o método mais indicado para recuperação rápida de áreas com uso de gramíneas.

6. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

6.1. A estimativa da quantidade a ser contratada está definida na tabela abaixo, onde se levou em conta a metragem quadrada dos taludes de corte e de aterro que serão previstos nas áreas do 18º Regimento de Cavalaria Mecanizada, bem como nas redes mínimas de estradas utilizadas nas operações que possivelmente acontecerão no raio de até 200 (duzentos) km de Boa Vista - RR:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND DE MEDIDA	QTD MÍNIMA	QTD MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
1	Hidrossemeadura Grama	m2	5.000	90.000	R\$ 10,49	R\$ 944.100,00
2	Hidrossemeadura Mix de sementes (até 200 km da Capital)	m2	5.000	20.000	R\$ 5,61	R\$ 112.200,00
VALOR TOTAL						R\$ 1.056.300,00

7. Descrição da solução como um todo

7.1. O objetivo principal desta contratação é garantir a manutenção e proteção das áreas com taludes de corte e aterro, proporcionando a durabilidade, estética e proteção adequada das superfícies a serem tratadas.

7.2. A solução proposta para o serviço de hidrossemeadura, conforme estabelecido nas normas DNIT 072/2006 – ES e DNIT 102/2009 – ES, é o processo de implantação das espécies vegetais, por meio de jateamento de sementes sobre o solo, consistindo o jateamento na aplicação hidromecânica de uma massa aquosa ou pastosas composta por adubos ou fertilizantes e nutrientes, consorciação de sementes, matéria orgânica (esterco), camada protetora e adesivos, que objetivam a germinação das sementes, e cuja composição tem o traço característico determinado pelas necessidades de correção do solo e de nutrição da vegetação a ser introduzida.

7.3. A solução é sustentável e economicamente viável na engenharia, tendo em vista o uso de elementos ambientais, a execução do serviço de revestimento vegetal por hidrossemeadura, o qual contempla o processo de implantação das espécies vegetais, por meio de jateamento de sementes sobre o solo, objetivando a germinação das sementes, e cuja composição tem o traço característico determinado pelas necessidades de correção do solo e de nutrição da vegetação a ser introduzida.

7.4. Assim sendo, se faz necessária a contratação de empresa especializada na prestação serviços comum de por meio de pregão SRP para execução da hidrossemeadura para conservação das áreas do 18º Regimento de Cavalaria Mecanizada, bem como nas redes mínimas de estradas utilizadas nas operações que possivelmente acontecerão no raio de 200 (duzentos) km de Boa Vista - RR.

7.5. A principal perspectiva da solução apresentada é a conquista de eficiência do gasto, a melhor utilização do poder de compra da Administração, bem como o aperfeiçoamento das atuais práticas e mecanismos de gestão e manutenção das áreas sob responsabilidades da 6ª Batalhão de Engenharia de Construção, permitindo que o mercado aplique as melhores e mais modernas tecnologias e metodologias para atendimento das necessidades do serviço pretendido, conforme descrições e especificações contidas no Termo de Referência e anexos.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.056.300,00

O valor global máximo estimado é de R\$ 1.056.300,00 (um milhão e cinquenta e seis mil e trezentos reais) para 12 (doze) meses de contrato.

8.1. A cotação foi realizada no sistema compras.gov.br, conforme Anexo III, bem como o Mapa Comparativo (Anexo IV)

8.2. O valor atual está divergente do Documento de Formalização da Demanda (DFD), tendo a Equipe de Planejamento ter realizado a comparação de diversas soluções e necessidades desta Academia Militar, assim sendo, e na atualização da pesquisa de preço chegou-se a uma solução onde o valor ficou maior do que o planejado anteriormente.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Segundo o Inciso I, do § 3º, do art. 40, da Lei 14.133/21, "o parcelamento não será adotado quando a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor".

9.2. Logo, depreende-se que a regra do parcelamento deve ser coordenada com os requisitos que a própria lei definiu: só se pode falar em parcelamento quando há viabilidade técnica e econômica para sua adoção.

9.3. Considerando que se trata de uma solução que visa à contratação de serviços de hidrossemeadura em um único item, com o compromisso de proporcionar integração entre as pessoas, propriedade e processos, não é viável técnica e operacionalmente o parcelamento da demanda.

9.4. A Súmula 247-TCU, de 10 de novembro de 2004, abre exceção para o parcelamento nos casos em que haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou a perda de economia de escala.

9.5. Como parâmetro, o Acórdão 4039/2020 - TCU - Plenário, que decidiu:

9.5 dar ciência à (...) de que: (...)

9.5.7.8 avaliar se a solução é divisível ou não, levando em conta o mercado que fornece e atentando que a solução deve ser parcelada quando a resposta a todas as perguntas a seguir forem positivas:

(i) é tecnicamente viável dividir a solução?;

(ii) é economicamente viável dividir a solução?;

(iii) não há perda de escala ao dividir a solução?;

(iv) há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da solução ao dividir a solução?

9.6. A contratação dos serviços de hidrossemeadura, proposto neste estudo, potencializa ganhos de escala e de gestão contratual, considerando que a execução conjunta das atividades busca atender a manutenção e proteção das áreas do 18º Regimento de Cavalaria Mecanizada, bem como nas redes mínimas de estradas utilizadas nas operações que possivelmente acontecerão no raio de 200 (duzentos) km de Boa Vista - RR.

9.7. A contratação dos serviços em um único item evita dimensionamento de estruturas redundantes (encarregados, administração central e local, deslocamentos, responsáveis técnicos), portanto, gera economicidade.

9.8. Assim, esta contratação visa:

9.8.1. a simplificação da gestão e fiscalização contratual;

9.8.2. ao aumento dos controles no processo gerencial, propiciado pela unicidade de contratação;

9.8.3. ao uso mais racional dos recursos técnicos e materiais; e

9.8.4. à progressiva redução de custo.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação está inserida no Plano de Contratação Anual (PCA) do 6º Batalhão de Engenharia de Construção, conforme o inciso IX, do Art. 7º da IN nº 40, de 22 de maio de 2020, da Secretaria de gestão do Ministério da Economia.

11.2. A Equipe de Planejamento utilizou o Plano de Gestão do 6º BEC para embasar a contratação, enquanto o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) está sendo confeccionado.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação dos serviços de hidrossemeadura, conforme supracitado, irá contribuir para a proteção e manutenção das áreas 18º Regimento de Cavalaria Mecanizada, bem como nas redes mínimas de estradas utilizadas nas operações que possivelmente acontecerão no raio de 200 (duzentos) km de Boa Vista - RR. Os serviços visam também a questão ambiental, pois previnem a erosão das áreas levantadas, prevenindo a da degradação delas.

12.2. Assim, possibilita garantir a execução dos serviços previstos e atender questões ambientais, prevenindo contaminação ambiental, garantindo a qualidade do meio ambiente e do bem-estar e saúde humana.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Promover a capacitação dos militares (Gestor e Fiscais) com foco na gestão e fiscalização contratual, buscando alcançar os objetivos pretendidos e a mensurar a economia gerada pela aplicação desta modelagem.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não há detecção de impactos ambientais negativos na execução do serviço a ser contratado, visto que a contratação tem como principal objetiva a prevenção e mitigação de possíveis impactos ambientais.

14.2. Por outro lado, a ausência ou incorreta execução dos serviços podem acarretar em condições ambientais inadequadas como aumento de processos erosivos, obstruções de sistema de drenagem, assoreamento de corpos hídricos, descarte incorreto de efluentes e comprometimento das instalações edificadas.

14.3. A Equipe de Planejamento realizou a consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU, dessa forma, orienta a Contratada:

14.3.1. A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental de acordo com o que determina a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e os aspectos definidos no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União - AGU, visando aperfeiçoar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, adotando as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber.

15. Consulta às IRP em Andamento

15.1. Foi realizado uma consulta ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais para verificar se existia alguma IRP aberta de serviço de hidrossemeadura, não encontrada nenhuma aberta no momento.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Dos argumentos e ponderações apresentados em todos os itens anteriores, conclui-se que a contratação do serviço

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PAULO DIEGO CAETANO RODRIGUES – Svd Civ
Membro da comissão de contratação

IRILENE SAMPAIO FIGUEIREDO GAMA – Svd Civ
Membro da comissão de contratação

MARIA FRANCISCA SILVA DE SOUZA – 2º Ten
Membro da comissão de contratação

Despacho: Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, considerando que foi elaborado observando as orientações da Advocacia Geral da União e os aperfeiçoamentos propostos pelo setor de contratações.

CADSON DE SOUZA BARBOZA - Cel
Autoridade competente